

**ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDI-
NÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
DE CASTELO DE PAIVA, REALI-
ZADA NO DIA 31 DE MAIO DE 2021.**

No dia trinta e um de Maio de dois mil e vinte e um, nesta Vila de Castelo de Paiva, no edifício dos Paços do Município, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal por videoconferência, em cumprimento do previsto no artigo 2.º, da Lei n.º 1-A/2021, de 15 de Janeiro - Alarga até 30 de Junho de 2020 o prazo para a realização por meios de comunicação à distância das reuniões dos órgãos das autarquias locais e das entidades intermunicipais, alterando a Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março, que aprova medidas excepcionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus "SARS-COV-2", sob a presidência de Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, Presidente da Câmara, com as presenças do Vice-Presidente, António dos Santos Rodrigues, e dos Vereadores José Manuel Moreira de Carvalho, Paula de Melo Alves, José Duarte de Sousa e Rocha e Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira.

O Vereador Mauro Lopes da Silva Mendes faltou com motivo justificado.

Secretariou a reunião o Técnico Superior, Vasco André Moreira Pimenta.

Eram 15:05 quando o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião.

1. (Único) - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - 2020.

O Sr. Presidente da Câmara deu início à reunião, fazendo uma breve apresentação dos documentos de prestação de contas.

Deu nota que esta é a primeira prestação de contas elaborada de acordo com o "SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas", circunstância que motivou alguma demora na elaboração dos documentos.

Informou que os documentos reflectem a execução do Orçamento do ano de 2020, que teve uma execução de cerca de 52% do lado da receita (12.347.000,00) e de 51% do lado da despesa (12.070.000,00), um pouco abaixo do esperado. Disse que há várias situações que influenciaram essa execução:

- A questão da pandemia causada pelo vírus “SARS-COV-2”, que obrigou a retirar despesa de outras rubricas orçamentais que tinham um maior grau de execução;
- O atraso verificado na execução dos fundos comunitários, pelo facto de alguns concursos terem ficado desertos, como por exemplo, a requalificação da antiga escola EB2/3, e apenas terem sido adjudicados em 2021 (ficaram por executar cerca de 2.000.000,00).

Em relação à receita corrente, disse que houve uma evolução positiva em relação ao ano de 2019, passando-se de 9.842.000,00 para 10.249.000,00, e ao nível da receita de capital registou-se um ligeiro decréscimo de 2.386.000,00 para 2.098.000,00, o que tem algum impacto nas nossas contas. Referiu que a receita total aumentou 1% relativamente ao ano de 2019.

Quanto à despesa, disse que a taxa de execução foi de 51%: a despesa paga foi de 12.070.000,00; a despesa comprometida foi de 16.058.000,00 e a despesa orçada foi de 23.637.000,00. Referiu que no geral, entre 2019 e 2020, a despesa corrente teve uma variação de 8.776.000,00 para 8.998.000,00, e a despesa de capital teve uma variação de 3.352.000,00 para 3.072.000,00.

Salientou que o Orçamento da Câmara Municipal é fortemente condicionado pelas transferências do Orçamento de Estado (cerca de 70%).

Deu nota que os dados mais relevantes da prestação de contas traduzem-se na redução do serviço da dívida, menos 23,80%; na dívida de médio e longo prazo numa redução de 13,44%; na dívida de curto prazo numa redução de 44%, o que corresponde a uma dívida de médio e longo prazo na ordem de 3.726.000,00, à qual acresce a dívida de curto prazo no

montante de cerca de 1.500.000,00, o que denota uma notável evolução na redução da dívida.

Informou que em 31 de Dezembro de 2020 o “PMP – Prazo Médio de Pagamento” era de 80 dias, e que o resultado líquido do exercício se cifrou em 1.158.000,00.

Concluiu, salientando que nas transferências concedidas houve uma evolução comparativamente ao ano de 2019, passando-se de 996.000,00 para 1.191.000,00, designadamente, no apoio às freguesias, às associações e às entidades intermunicipais.

De seguida, deu a palavra aos senhores Vereadores que quisessem intervir.

O Vereador José Rocha usou da palavra justificar a falta do Vereador Mauro Mendes por motivos profissionais.

Deu nota que a prestação de contas é mais do mesmo comparativamente a anos anteriores, que o próprio texto do Relatório de Gestão é muito idêntico ao texto dos relatórios dos anos anteriores.

Disse que a execução orçamental continua a corresponder a 50% do valor orçamentado, o que demonstra que os orçamentos municipais são desenquadrados da realidade.

Referiu que as “Gop’s – Grandes Opções do Plano” continuam a ficar em segundo plano, como demonstra o facto de apenas 21% de despesa lhes ser afectada.

Deu nota do aumento da despesa com pessoal devido aos concursos de recrutamento de novos trabalhadores e à criação de novos cargos dirigentes que têm onerado muito o Município.

Concluiu, referindo que foram identificados erros no registo contabilístico dos acréscimos respeitantes a 2018, e que ocorreu uma sobre valorização dos gastos relativos ao ano de 2019, sendo erros que são de evitar.

A Vereadora Vanessa Pereira usou da palavra para dizer que há dois anos que não aprovam relatórios relativos ao Estatuto do Direito da Oposição, algo que era importante fazer.

Disse que esta é a última prestação de contas do mandato do executivo municipal, que não é diferente das dos anos anteriores, com duas diferenças: as contas de 2020 estão melhores do que as contas de 2019, designadamente, ao nível do “PMP – Prazo Médio de Pagamento”, já que em 2019 verificou-se uma situação de incumprimento, com pagamentos em atraso e acima do prazo definido na lei, que apenas foi regularizada em Fevereiro de 2020, mas tiveram uma execução orçamental melhor do que a de 2020. Referiu que a execução orçamental é muito baixa, que pode em parte ser justificada com a pandemia, mas muitos dos valores não executados tiveram a ver com o cancelamento dos eventos organizados pelo Município, sendo que os valores gastos com os apoios às famílias e às instituições no âmbito da pandemia não atingiram os valores que seriam gastos nesses eventos.

Concordou com o facto das receitas do Município dependerem muito das transferências do Orçamento do Estado, que em 2020 registaram um aumento em função daquilo que o executivo municipal deliberou deixar de devolver aos Paivenses, reflectindo-se em concreto no valor do IRS arrecadado.

Referiu que em 2020 os Vereadores do PSD não puderam acompanhar o estado das contas do Município como o fizeram em 2019, porque não receberam nenhum relatório de execução orçamental trimestral.

Deu nota que na despesa com a aquisição de bens e serviços a despesa comprometida totalizou o montante de 5.263.000,00, mas uma despesa paga de apenas 3.869.000,00, o que justifica o valor de cerca de 1.500.000,00 de dívida de curto prazo.

Disse que é importante que o DRAFT da “ROC - Revisor Oficial de Contas” não volte a ser enviado aos Vereadores do PSD em cima da hora da reunião de Câmara, e que não se repitam os erros materiais referidos pelo Vereador José Rocha ocorridos em anos anteriores e reportados agora em 2020.

Reiterou o facto positivo de 2019 para 2020 ter sido possível inverter a situação de incumprimento relativa ao “PMP – Prazo Médio de Paga-

mento”, mas que também é verdade que o Município continua com fundos disponíveis negativos, e uma falta de liquidez que deve conduzir a uma reflexão sobre as medidas a tomar para a redução da despesa que retirem a Autarquia dessa instabilidade.

Salientou o baixíssimo grau de execução relativo ao saneamento, ao abastecimento de água, ao desenvolvimento industrial, ao turismo (neste caso pela não realização da Feira do Vinho Verde, dos festejos do S. João, etc.), o que denota aquelas que foram as prioridades do executivo municipal no ano de 2020.

Solicitou um ponto de situação da devolução do montante de 4.684,44 relativo ao desvio que ocorreu na Tesouraria da Câmara Municipal em 2017, designadamente, quem e quando é que vai ser devolvido o dinheiro. Disse que o mandato do executivo municipal está a terminar, estão a fechar as contas relativas ao ano de 2020, e continuam sem saber quem é que vai devolver o dinheiro, tendo em consideração que o tribunal decidiu que não havia provas para acusar a pessoa que os serviços municipais dizem ser a culpada.

O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para dizer que em relação à despesa com pessoal, que houve um acréscimo de cerca de 56.000,00 (1,5%) relativamente ao ano de 2019.

Reconheceu o aumento dos custos com a aquisição de bens e serviços em resultado do aumento do volume de investimento, sendo que relativamente às áreas desse investimento, é certo que a Feira do Vinho Verde e outras actividades têm repercussão nas nossas contas, mas que também estão a ser feitos muitos investimentos na área do turismo (2.^a Fase da requalificação da zona de lazer do Choupal), no abastecimento de água e no saneamento básico.

Sobre a reposição do montante em falta na Tesouraria da Câmara Municipal, respondeu que irá cumprir com todas as determinações que surgirem e imputar responsabilidades a quem de direito, caso consigam ser apuradas.

Referindo-se novamente à questão da dívida a 31 de Dezembro de 2020, disse que a dívida de médio e longo prazo era de cerca de 4.034.000,00, e que à data da presente reunião essa dívida cifra-se em 3.726.000,00, que acrescida da dívida a fornecedores de imobilizado passa para cerca de 4.000.000,00. Disse que a situação está controlada, a Câmara Municipal paga os autos de medição há medida que vão dando entrada nos serviços, sendo uma situação bem diferente da que encontrou em 2009, em que o “PMP – Prazo Médio de Pagamento” era de quase dois anos e a dívida da Câmara Municipal era de cerca de 18.000.000,00, o que impossibilitou o executivo em permanência de executar muitos investimentos estruturantes para o concelho.

A Vereadora Vanessa Pereira interveio novamente para dizer que os custos com pessoal tiveram efectivamente uma pequena variação de 1,5%, mas que também sabem que o aumento dos custos com a aquisição de bens e serviços deriva das aquisições de serviços a prestadores externos que, não entrando nas rubricas de custos com pessoal, de alguma forma acabam por ser.

Sobre a dívida, referiu que o executivo municipal chegou ao seu último ano de mandato e continuam a ter divergências de opinião sobre o assunto: o executivo em permanência fala em 18.000.000,00 em 2009, e os Vereadores do PSD falam em 16.656.000,00.

Referiu que o que disse sobre as “GOP’s - Grandes Opções do Plano” e sobre as prioridades do Município é o que está plasmado na página 19 do Relatório de Gestão.

Em relação à reposição do montante em falta na Tesouraria da Câmara Municipal, disse que espera que se resolva em breve. Disse que só há um processo em tribunal, aquele que foi interposto através do sindicato, pelo que pensa que o Município não está à espera de nenhum procedimento que diga quem é o culpado.

O Sr. Presidente da Câmara usou novamente a palavra para dizer que em relação à despesa realizada com a aquisição de bens e serviços, que houve um aumento substancial destes custos em função da pandemia

causada pelo vírus “SARS-COV-2”, designadamente, com a aquisição de equipamentos de protecção individual.

Reiterou que o montante de 17 ou 18.000.000,00 de dívida que herdou em 2009, e que teve de pagar, serviria para executar muitos investimentos estruturantes da área do turismo, do saneamento, do abastecimento de água. Disse eu espera que o próximo quadro comunitário preveja fundos que possam alavancar a execução desses investimentos estruturantes para o Município.

Concluiu, referindo que o equilíbrio, o bom senso, as ideias muito claras sobre o que se pretende é que é o fundamental. Disse que os números expressam a gestão efectuada ao longo dos últimos anos, e que o executivo em permanência se orgulha do trabalho realizado e do cumprimento dos compromissos com quem trabalham diariamente.

Analizados os documentos, a Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou maioria, com os votos contra dos Vereadores do PSD, aprovar os documentos de prestação de contas, bem como a proposta para aplicação do resultado líquido do exercício.

Mais deliberou remeter os documentos à Assembleia Municipal para apreciação e votação, e aprovação da proposta de aplicação do resultado líquido do exercício, bem como ao Tribunal de Contas para julgamento, nos termos da Lei.

PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Não houve intervenções.

Por último, deliberou a Câmara Municipal aprovar a acta da presente reunião em minuta, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 57º. da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, e que vai ser lançada no respectivo livro de actas.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, pelas 15:45 horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada.

E eu, *Vasco André Martins D. mentz*, a redigi e subscrevi.

O Presidente,



Os Vereadores,

